

DE VELHOS TRONCOS: TEMPO, CIDADE E SUBJETIVIDADE SOB AS PERSPECTIVAS DA ECOCRÍTICA E DA CRÍTICA PÓS-COLONIAL

FROM OLD TRUNKS: TIME, CITY AND SUBJECTIVITY ON THE ECOCRITICISM AND OF THE POSTCOLONIAL PERSPECTIVES

Francisco Neto Pereira Pinto

RESUMO: Trata-se de uma análise da crônica *Os velhos troncos*, de Murilo Vilela, cujos objetivos são mostrar como nossas concepções de tempo implicam no modo como nos relacionamos com o ambiente físico natural e experienciamos nossa subjetividade. Para tanto, nossa leitura, que parte dos pontos de vista da Ecocrítica e da Crítica Pós-Colonial, busca compreender que noções de tempo e natureza são discursivizadas no artefato literário.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo, Natureza, Ecocrítica, Crítica Pós-colonial

ABSTRACT: This article is an analyze of *Os Velhos Troncos* - The old trunk - written by Murilo Vilela, which objectives are to show how our concepts of time influences in the style of how we relate it with the physical environment as well as we experience it with our subjectivities. Although, our reading which is from the Ecocriticism and Postcolonial Critical point of view, we try to understand which notion of time and nature are discussed in its literature.

KEY-WORDS: Time, Nature, Ecocriticism, Postcolonial Critical

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto que aqui elaboramos é um recorte de nossa monografia que foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Especialização em Leitura e Produção Escrita, da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, em meados de 2010¹. Já não é exatamente o mesmo de antes e, assim, os limites e objetivos deste artigo são, logo, outros. Trata-se de uma leitura da crônica *Velhos troncos*, de Murilo Vilela², sob as perspectivas da Ecocrítica e Crítica Pós-Colonial.

O trabalho, no todo, consistia na leitura de três crônicas de Vilela e tinha como ambição colocar em diálogo dois campos críticos, o da ecocrítica e da crítica pós-colonial, e o fio condutor da discussão era a questão do tempo e consistia em buscar

¹ O referido trabalho foi orientado pela professora Dra. Hilda Gomes Dutra Magalhães, a quem aqui externamos agradecimentos.

² Murilo Brandão Bahia Vilela nasceu em Viçosa, Alagoas, em 1º de janeiro de 1935. Passou sua infância no Engenho Mata Verde, a 10 km de Viçosa e, após cursar Medicina, veio, aos 25 anos, morar no Tocantins. Reside atualmente na cidade de Tocantinópolis, TO, localidade em que exerce a Medicina e escreveu seu livro *Taipoca*, lançado em 2006, de cuja obra retiramos a crônica em tela para análise.

compreender como uma perspectiva crítica pós-colonial pode oferecer subsídios à ecocrítica no que diz respeito a pensar as conexões entre a noção de tempo vazio e homogêneo da modernidade e destruição do ambiente físico natural e, para além disso, outras temporalidades que sejam mais adequadas à convivência entre todos os seres da biosfera.

Esta versão guarda o mesmo objetivo e, por questões de didática e estilo, preferimos apresentar aqui apenas noções teóricas breves, remetendo, no entanto, nosso leitor a outros trabalhos que poderão auxiliá-lo em aprofundamentos sobre os campos de conhecimento em questão. No entanto, os conceitos que julgarmos indispensáveis traremos ao trabalho, o que evitará que sejamos obscuros ou mesmo incompreendidos. É de grande valia esclarecermos que nossa maneira de abordar o artefato literário aqui se dá segundo uma perspectiva discursiva, ou seja, partirmos do arranjo linguístico para, então, alcançar o nível discursivo.

A ecocrítica, enquanto crítica acadêmica de caráter ambiental, por um lado, caracteriza-se por estudar a relação da literatura e o meio ambiente físico natural e esse, conforme bibliografia indicada, passa a ser, no bojo da modernidade, principalmente a partir da filosofia cartesiana, inferior ao ser humano e, portanto, visto como recurso a ser explorado ao máximo possível (Cf. GARRARD, 2006; COUTO, 2007; SLOVIC, 1999). Por outro, a crítica pós-colonial abre possibilidades de leituras contestatórias das grandes narrativas modernas e, nesse sentido, propõe uma contramodernidade, e é neste ponto específico que aqui ela nos interessa (Cf. BHABHA 2005; HALL 2003; DIRLIK 1997).

Cumpramos ressaltar em que medida essas vertentes teóricas interessam ao trabalho que estamos desenvolvendo. A ecocrítica, tida como crítica acadêmica de orientação ambientalista, fornece-nos base para empreendermos leituras dos textos literários em uma direção ecológica, de modo a explorar neles visões tanto de natureza quanto da relação entre homem e meio ambiente físico natural. Se, por um lado, a ecocrítica não nos permite discutir problemas de ecologia, por outro, confere-nos suporte de modo a ler nos textos afirmações sobre problemas ecológicos, ou seja, sobre como aí o meio ambiente físico natural, o próprio homem e as relações que entre eles se estabelecem são percebidos e, um pouco mais além, como gostaríamos que fosse tudo isso.

No entanto, se, como diz Garrard (2006), esse campo crítico se confronta com a necessidade de pensar sua relação com a globalização de modo a estar atento aos problemas materialmente postos nas questões globais na atualidade, com o fim de

postular uma poética da responsabilidade para com o lar terrestre, também é patente a necessidade de chamar à cena experiências construídas por outros métodos de leitura que se ocupam de questões que tem que ver com a globalização e, como a ecocrítica é, confessadamente, uma abordagem interdisciplinar, é nesse cenário que a crítica pós-colonial intervém.

Com base em Bhabha (2005), podemos dizer que a crítica pós-colonial propõe uma contramodernidade e, como diz Giddens (1991:69), “a modernidade é inerentemente globalizante”. Assim, mirar uma dessas questões é, já, também, colocar em perspectiva a outra. Um dos aspectos implicados na questão da modernidade que se estende ao mundo inteiro com o processo de globalização é a noção de tempo eurocêntrico, que reúne como características, para citar algumas, a unidirecionalidade, o vazio, a linearidade e a universalidade.

Não é de pouca importância aos estudos ecocríticos o enfrentamento de questões relativas ao tempo, pois, como diz Harvey (2006:188), “o horizonte temporal implicado numa decisão afeta materialmente o tipo de decisão que tomamos”. Se, como diz Giddens (1991), um dos pilares da modernidade é a conquista de uma concepção unitária de tempo apropriada ao industrialismo, à burguesia e à dominação de impérios europeus sobre o resto do mundo e, se é na modernidade que a natureza passa a ser colonizada pelo homem, então esse é um dos assuntos em que o diálogo entre ecocrítica e crítica pós-colonial pode se mostrar produtivo (ANTHONY, 2008).

Desse modo, é em torno de questões atinentes a noções de tempo que a ecocrítica e a vertente pós-colonial comparecem nesse trabalho. Mais especificamente, a crítica pós-colonial coloca questionamentos ao tempo pedagógico (Bhabha, 2005), desnaturalizando-o e revelando-o como estando em conexão com uma história de dominação da Europa sobre o resto do mundo e, também, do homem sobre a natureza. Igualmente, uma vez desconstruída a noção de tempo pedagógico, a crítica pós-colonial propõe o que Bhabha (2005) chama de temporalidade performática e é aí que se revela a possibilidade de se propor engajamentos a favor de temporalidades apropriadas ao paradigma ecológico. Nisto se cumpre, em nosso trabalho, a contribuição da crítica pós-colonial à ecocrítica.

Tempo, natureza e cidade

Dada a importância do fato, nunca é demais dizer que povos e sociedades diferentes tiveram e têm concepções e intuições diferentes relacionadas ao tema “tempo”. Neste respeito, Whitrow (1993:23) esclarece: “não apenas povos, mas civilizações relativamente avançadas atribuíram diferentes graus de significação ao modo temporal de existência e valorizaram mais ou menos a perspectiva temporal”. No mundo ocidental, mesmo antes da invenção do relógio mecânico e do calendário, as culturas pré-modernas possuíam formas de quantificar o tempo, o que se dava, em sua grande maioria, como diz Giddens (1991:26), por meio de “ocorrências naturais regulares” e essa é uma das razões pelas quais, nessas sociedades, “os homens se viam em continuidade com a natureza” (GIDDENS, 1991:66).

No entanto, no universo de sentidos instaurado pela filosofia cartesiana, o homem passa a ser visto como radicalmente separado da natureza e superior a ela e essa posta a ter seu valor mensurado em termos meramente instrumentais. Ademais, com o advento do relógio mecânico e do aperfeiçoamento do calendário cristão e a consequente uniformização do tempo, o que permitiu sua organização social, esse passa a ser encarado, paradoxalmente, como independente do agir do homem no mundo e de qualquer coisa exterior a si mesmo. O tempo figura, pois, como ente, autônomo, logo autoexistente.

Contudo, como dissemos, esse é o tempo da modernidade, em nada inocente, o qual foi apropriado e posto a servir aos interesses de determinadas camadas ou sujeitos bem posicionados socialmente e, em nosso trabalho, remetemos isso ao industrialismo, que é quando se percebe que tempo vale dinheiro. O industrialismo não somente se apropriou desse modo de conceber o tempo como, também, configurado nos moldes tecnocientífico, passou a transformar a natureza de maneiras inimagináveis até então. Se, como diz Lefebvre (2008:80), o industrialismo “acarreta a urbanização”, por um lado, por outro, “nos setores industrializados do globo – e, crescentemente, por toda a parte – os seres humanos vivem num *ambiente criado*, um ambiente de ação que, é claro, é físico, mas não mais apenas natural” (GIDDENS, 1991:66 – ênfase no original).

Disso decorre podermos estabelecer um fio argumentativo que conecta industrialismo e urbanização e, mais que isso, o que de fato é relevante para nossa análise de *Os velhos troncos*, o tempo do industrialismo, que é o tempo da modernidade, o pedagógico, ao tempo urbano, que já se estabelece sob o signo do relógio mecânico e do calendário. O espaço e o tempo urbanos colocam o homem não mais como coextensivo à natureza, mas radicalmente separado dela e, se, como diz Sachs

(2007:113), “o tempo é nossa categoria existencial básica”, o tempo urbano torna o sentido de natureza estranho ao homem da cidade.

É, pois, na tensão entre tempo urbano e tempo da natureza que passamos à análise da crônica *Os velhos troncos*, procurando evidenciar como essas temporalidades se instauram no texto. Em *Os velhos troncos*, a partir de uma notícia de jornal, o narrador nos coloca de frente com momentos difíceis com os quais se veem às voltas uma árvore, um flamboyant, beirando os sessenta anos, e seu amigo, o escritor Carmo Bernardes, um senhor de quase oitenta. O último por ter de participar da condenação da velha árvore, que já se constitui em perigo à urbanização da capital de Goiás, Goiânia e, o primeiro, por se confrontar com os últimos momentos de vida e por discordar da ideia de que já é velho demais para morrer. É em torno desse enredo que se dá a narrativa, que mescla os estilos de escrita convencional e versos de cordel. O espaço no qual se passa a história é o urbano, o da cidade de Goiânia, que no mundo não ficcional corresponde à capital de Goiás.

A respeito desses troncos, o texto diz:

Quando Carmo chegou em Goiânia, o flamboyant já estava lá, pioneiro na construção da nova capital. O velho e admirável escritor, dono da palavra regionalista mais autêntica que existe, passou a ser, também, um respeitável tronco, porém sensível e pensante, enraizado na paisagem ajardinada da bela capital e na prodigialidade dos inúmeros e fabulosos escritos que nos tem dado. (VILELA, 2006:106).

Verificamos, logo de início, que a palavra “troncos”, no texto, remete-nos ao sentido de pioneirismo, de primeiros habitantes, os mais antigos, aqueles que participaram da construção da capital Goiânia em seu estágio inicial. Na ordem temporal, levando em consideração o tempo uno e unidirecional do calendário, o flamboyant vem primeiro, porque já fazia parte da paisagem citadina quando Bernardes aí chegou para, tão logo, também se enraizar e se tornar um tronco da cidade.

Amizade íntima e achegada é o que se estabelece entre os dois troncos, ao nível de árvore e homem compartilharem de linguagem comum e um saber a idade que o outro tem. “Meu velho amigo”, “meu velho amigo escritor” (VILELA, 2006:106, 07), é assim que o flamboyant se dirige a Bernardes e, quanto ao próprio flamboyant, ele é um daqueles velhos troncos majestosos que “enfeitaram os caminhos do passado” do velho pensante (VILELA, 2006:106). No estrato maior, mais acima, Bernardes é louvado como um admirável escritor regionalista, e o flamboyant, no trecho que segue, como

“acolhedor, na sombra e na beleza vermelha de sua floração” (VILELA, 2006:105). Eis, então, os dois trancos pioneiros na construção da nova capital de Goiás, Goiânia, no universo ficcional da crônica.

Embora a amizade entre os dois pioneiros tenha sido consolidada pelo longo tempo de convívio, ela é posta à prova quando, pela dinâmica de transformação da capital, a arborização citadina precisa ser modificada com o fim de acompanhar as demandas paisagísticas da cidade. Eis o conflito que confere tônica à narrativa: o velho tronco Bernardes e sua participação na sentença de condenação à morte do velho tronco flamboyant e o conseqüente protesto da árvore em relação a essa decisão do amigo. E qual a justificativa de Bernardes ao se decidir pela morte do pioneiro flamboyant? A resposta pode ser visualizada no trecho transcrito abaixo:

O flamboyant acolhedor, na sombra e na beleza vermelha de sua floração, deve ter-se sentido magoado quando escutou o *Carmo dizer que ele estava de carreira tirada, ciclo vital vencido* e que – aí foi a maior ofensa – uma árvore citadina, *quando fica velha, sua caduquice é um perigo. Passa ser um predador urbanístico, rebentando calçadas, rachando ruas e paredes...* - nenhum dos dois poderia / chamar de velho a ninguém, / pois, um do outro sabia, / a idade que o outro tem (VILELA, 2006:105-6 – itálico nosso)³.

Percebemos, do excerto, que a beleza e imponência do tronco mais antigo, o flamboyant, pioneiro na construção da capital, agora não mais é um *plus* à paisagem urbanística citadina, mas, ao invés, um perigo devido à idade que, nas palavras do velho amigo Bernardes, fazia do outro tronco uma árvore de ‘carreira tirada, ciclo vital vencido’ e, portanto, agora ‘um predador urbanístico’. Vemos, ainda, que a presença do flamboyant na configuração paisagística da cidade se, antes, era desejável, agora constitui perigo, pois sua contribuição se traduz em ‘rebentar calçadas e rachar ruas e paredes’ e, assim sendo, a voz do narrador conclui: “é necessária a condenação, essa eutanásia botânica nas tradições paisagística de Goiânia” (VILELA, 2006:105).

Morte coletiva imposta por decisão da qual participa Bernardes, conforme indica trecho a seguir:

Agora, vão cortar o flamboyant e *Carmo é um dos jurados na formação da sentença paisagística*: - o flamboyant, chateado, / ao outro velho falou: / bonito! meu velho amigo, / não sou tão antigo /

³As barras indicam a divisão dos versos, uma vez que na crônica há trechos que foram formulados segundo o estilo das narrativas de cordel.

mas você me condenou. / Não completei nem sessenta, / nas folhas guardo matizes / e são tão fortes raízes / que o cimento arrebetou (VILELA, 2006:106 – itálico nosso).

Como é perceptível do trecho, o amigo Bernardes é um dos jurados na sentença de condenação do flamboyant, e sua justificava em favor da eutanásia sustenta-se no argumento de que a árvore é agora velha e caduca árvore, logo um perigo à paisagem urbanística da cidade. Porém, o flamboyant contra-argumenta, contestando a noção temporal do amigo, sua escala de mensuração do tempo, arrazoando não ser tão velha assim, pois suas folhas guardam matizes que, longe de apontarem para um ciclo vital vencido, colocam-se como índice de sua vitalidade e vivacidade e, mais ainda, de tão fortes, suas raízes são capazes, até mesmo, de arrebetar o cimento.

A contrapalavra do flamboyant nos faz perceber que, aquilo que segundo seus acusadores era símbolo de sua velhice e caduquice, em verdade, do ponto de vista da árvore, era um atestado de sua vitalidade e força e, por isso, o tronco pioneiro podia dizer: 'não sou tão antigo'. Dessas considerações, já é possível evidenciar como duas noções temporais vão se desenhando em *Os velhos troncos* que são, por um lado, a temporalidade que se sobressai na percepção de Bernardes e, por outro, aquela que guia o modo de olhar do flamboyant. Distintas e antagônicas são elas, podemos dizer.

O horizonte temporal de Bernardes é aquele informado pelo calendário e, por esse prisma, o tronco pensante podia dizer que uma árvore de sessenta anos já é velha, caduca, portanto um perigo à paisagem urbana, o que justifica, então, a eutanásia botânica. No entanto, o que temos aí é o tempo da cidade a determinar o tempo de vida da árvore, dado que o horizonte temporal implica no modo como o espaço é administrado e, por essa linha de raciocínio, o espaço citadino, no modo como é ocupado, não permite ao flamboyant que, naturalmente, em sua própria escala temporal, vivencie seu ciclo vital.

Porém, distinto é o modo de a árvore contabilizar e medir o tempo. Ignora, assim, a escala temporal urbana e toma em conta, isso sim, sua condição físico-químico-orgânico-biológica, que, segundo o flamboyant, não a coloca como tão antiga, mas, inversamente, como forte, em profusões de cores guardando seu colorido. Se, pois, ela rebenta calçadas, racha ruas e paredes é porque, longe de estar caduca, goza ainda de vitalidade. Isso nos faz perceber quão acertadas são as palavras de Elias (1998:22), quando diz:

muitos não conseguem impedir-se de ter a impressão de que é o próprio tempo que passa, quando, na realidade, o sentimento de passagem refere-se ao curso de sua própria vida e também, possivelmente, às transformações da natureza e da sociedade.

Esses modos distintos de perceber o tempo estão bem exemplificados nos diferentes modos como Bernardes e o flamboyant encaram a velhice. O primeiro se ilude pelo calendário e imagina que o tempo passa – que passou, pois, para o flamboyant; é hora, então, de morrer. Para o segundo, pouco importa esse tempo que passa – interessa, isso sim, sua vida na inteireza, que não é regida pelo tempo social, mas todas as transformações internas e externas e o modo como elas o afetam e, por isso, afirmamos que o flamboyant vive em uma outra escala temporal, que não leva, certamente, em conta os parâmetros da modernidade na contagem do tempo. Feitas essas considerações, podemos agora relacionar a percepção de Bernardes relacionadas ao tempo com a temporalidade pedagógica, e a do flamboyant com a performática, noções essas indicadas nas considerações iniciais desse artigo.

Por tempo pedagógico estamos entendendo a concepção que se firma no contexto do surgimento da figura do Estado-Nação, organização na qual a sociedade tem como principio, como se sabe, a unidade. Um povo, um espaço, uma língua, uma história e, como não poderia deixar de ser, um tempo, ou, como diz Homi Bhabha, “*de muitos, um*” (2005:203 – itálico no original). A esse tempo uno, que une muitos povos em um só e os inscreve na ordem da História, Bhabha (2005:207) chama de tempo pedagógico, que diz respeito “a temporalidade continuísta, cumulativa”, que aqui estamos chamando de tempo homogêneo da modernidade.

O tempo pedagógico, do qual fala Bhabha (2005:209), é descrito como “encapsulado numa sucessão de momentos históricos que representa uma eternidade produzida por autogeração”, o que nos leva a perceber que se trata de uma noção discursiva que corresponde a uma das grandes narrativas do século 19 que, aliada ao historicismo, dá sustentação ao 'passado' do 'povo' e funda a possibilidade de sua genealogia e o estabelecimento de identidade cuja autoridade se pauta na tradição e se perde no imemorable. Como não corresponde a um referente externo, esse tempo se reproduz por autogeração, ou seja, funda sua identidade partindo de si mesmo – com prejuízos às demais temporalidades – e sedimenta-se, por curso, erguendo-se em monumentalidade e é nesse sentido que entendemos a afirmação de Bhabha (2005:216),

quando diz que o tempo pedagógico corresponde a “circulação simultânea do tempo linear, cursivo, monumental”.

Mas o século XX presenciou tanto o desgaste das ideias de progresso e do tempo eurocêntrico como também a emergência de outras temporalidades e, com elas, a possibilidade de escrita e inscrição de outras histórias que, até então, eram impossíveis ou invisibilizadas pelas metanarrativas ocidentais. Mas não somente isso, a crítica pós-colonial engaja-se pela legitimação e emancipação dessas histórias marginais, que são ex-cêntricas ao já instituído e legitimado pelo poder de exercício das metanarrativas, o que não se dá sem esforço, quer dizer, de modo tranquilo. Afinal, trata-se de luta por direito de significar, logo embates por sentidos outros que não os já cristalizados, e é nesta direção que lemos as palavras de Bhabha (2005:240), quando diz: “isto demanda uma revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas”. Não há, logo se percebe, como histórias marginalizadas significarem com pleno direito se tomado como parâmetro o tempo pedagógico, o do Estado-Nação.

Pensando a temporalidade do Estado-Nação, Bhabha (2005) fala também de outros tempos que são subsumidos em nome do tempo pedagógico. Se, por um lado, a temporalidade pedagógica dilui os 'muitos' em 'um' e por esforço da repetitividade ou da performance ensaia sua própria autogeração, por outro, no movimento performático, paradoxalmente, a cada retorno se revela retalhado por temporalidades por vezes antagônicas, dissidentes e incomensuráveis.

Essas outras temporalidades somadas à temporalidade pedagógica constituem uma arena de luta, logo um espaço contencioso, em que o presente da modernidade é deslocado e se torna disjuntivo e, daí, não há mais, assim, um presente homogêneo, universal, que comporta todo o passado e projeta um futuro. Essa temporalidade disjuntiva, que constitui o tempo performático, é da maior importância pois, como diz Bhabha (2005:247), “ela cria um tempo de significação para a inscrição da incomensurabilidade cultural”.

Interessa-nos pensar o discurso ecocrítico em conexão com a temporalidade performática no ponto em que Bhabha fala, na citação acima, que essa última cria um tempo de significação para a 'incomensurabilidade cultural', isso porque a temporalidade performativa, que se configura nas demais temporalidades suplementares à temporalidade pedagógica, aquelas marginais, mas de contenda, de disputa, que sempre retornam para tornar disjuntivo o tempo da modernidade, rompe com a mesmice temporal que configura o tempo pedagógico, esfacelando-o, e disso resulta a

visibilidade de histórias, de outros sentidos, em suma, de outras posições-sujeito impedidas de significarem historicamente.

Do que vimos, que constitui um recorte da medida que nos interessa a força da teoria pós-colonial, podemos afirmar, com Bhabha (2005:26), que tal perspectiva “permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência”. Temos aqui, então, a confluência entre crítica pós-colonial e ecocrítica, posto que os sentidos associados ao paradigma ecológico, no nosso caso específico do discurso ecocrítico, encontram resistência em se realizarem efetivamente, de modo a se configurarem em práticas de fato, no plano do real, pois a eles são reservados o lugar do exótico, do politicamente correto, o que é, já, por parte do paradigma capitalista, uma maneira de o acolhendo, contê-lo.

Antes de passarmos ao próximo nível de nossa argumentação, gostaríamos de fazer um balanço sobre as visões de tempo e imagem de natureza que, do nosso ponto de vista, já ficaram bastante evidentes. No que toca às ordens temporais, remetendo o texto às categorias elaboradas por Bhabha, na perspectiva pós-colonial, tempos a temporalidade pedagógica que se sobressai no raio de percepção de Bernardes e, no outro polo, uma outra temporalidade emergente, a performática, disputando espaço como possibilidade de outras significações e é a partir daí que a árvore contra-argumenta: não sou tão velha assim; a temporalidade performática é, assim, o tempo da árvore.

Porém, esse nosso modo de dizer não significa que vejamos essas relações como se constituindo de posições estanques e discretas, mas, antes, como um mosaico mais complexo. Dito de outro modo, a figura de Bernardes é mais emblemática do que possa parecer à primeira vista, ou seja, o sujeito vacila entre as duas posições temporais, o que pode ser visto pela relação ambivalente que ele estabelece com seu amigo flamboyant. Bernardes é um tronco que, nas palavras do narrador, “sempre soube ouvir os bichos e as árvores” (VILELA, 2006:106) e, como já mencionado, tem seu passado enfeitado por visões majestosas de troncos como da personagem flamboyant.

No entanto, embora sua relação com o meio ambiente natural, o que é metaforizado pela amizade com o flamboyant e por ouvir os bichos e as árvores, seja bastante íntima e significativa, isso não o impede de decidir pela eutanásia botânica para, depois, colocar-se novamente ao lado do outro tronco pioneiro em seus momentos de morte. Estamos, nesse sentido, tomando a figura do tronco pensante como metáfora de um sujeito que vive a agonia de momentos de transições paradigmáticas e que se ver,

então, às voltas com constelações de valores, percepções e concepções por vezes antagônicas a lhe acenar.

O posicionamento dominante que se sobressai no modo como Bernardes se relaciona com a natureza, metaforizada pelo flamboyant, insere-se na rede de sentidos informada pelo paradigma cartesiano, chamado por Sousa Santos (2006) de paradigma dominante e, aí, conforme nossa leitura, a ordem temporal que predomina é a temporalidade pedagógica, que em nosso trabalho se traduz no tempo da cidade e faz sentir-se, materialmente, na prática do escritor regionalista, o tronco pensante, quando se decide pela eutanásia coletiva. Em outra direção, o modo de o flamboyant vivenciar o tempo aponta para aquela outra ordem temporal, a performática, que é suplementar à pedagógica e que com ela estabelece um espaço de contenda, de luta por outras possibilidades de significar diferente da ordem já estabelecida.

Nesse sentido, o tempo do flamboyant se coloca como uma escala temporal assombrosa, ou seja, trata-se de um tempo que volta para esfacelar o tempo da cidade, subvertê-lo e deslocá-lo. A temporalidade performática, nesse caso, é o tempo da árvore que, por meio de uma raizinha teimosa, volta para quebrar as ruas da cidade, conforme podemos ler do excerto abaixo:

E você verá, meu caro Carmo Bernardes, que as novas cores das futuras florações também terão o encanto misterioso das flores que vão desaparecer, por algum tempo somente. Voltarão as flores e voltarão as sombras. *Voltará, também, uma raizinha teimosa quebrando a calçada* para que você possa sentar-se nela, apenas um pouco mais velho, apenas um pouco mais vivido (VILELA 2006: 107 – itálico nosso).

É precisamente esse tempo, o performático, o subversivo, o da árvore que volta para assombrar Goiânia, que interessa a uma ecocrítica contramoderna, ou pós-colonial. Isso porque é um tempo que leva em consideração o sentido de natureza sob a ótica de outros valores que não aqueles já firmemente estabelecidos pela modernidade e que se colocam como naturais, como sendo desde sempre, que se perdem em tempos imemorais e, para além disso, que passam a largo de serem gratuitos, mas se colocam a servirem a interesses de classes, cor, religião, ordem econômica e sociedades muito bem posicionados.

Temporalidade performática é o que é o tempo do flamboyant, o tempo que significa à margem do tempo da cidade, mas que insiste em voltar e subvertê-la e, portanto, cobra atenção e revela a temporalidade pedagógica disjuntiva da cidade – não

há mais um presente uno e nem direção única, e o tempo da modernidade tem, agora, sua autoridade corrompida, deslegitimada. Não é de somenos importância esse deslocamento, pois o paradigma ecológico precisa de uma ordem temporal adequada às suas redes de sentidos, pois, como diz Capra (2006:27), “a mudança de paradigmas requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de valores”.

Do ponto de vista ecocrítico, a noção de temporalidade performática é da maior importância, porque possibilita a autenticação e legitimação de outras percepções, maneiras de pensar e valores associados, por exemplo, à natureza, que é o que nos interessa nesse trabalho. Qual o valor prático dessas considerações? Bem, ao longo da crônica o que percebemos é a discursivização, por um lado, de natureza em termos meramente instrumentais, ou seja, o ambiente físico natural é tomado como desprovido de valor intrínseco, quer dizer, não conta por si mesmo, mas somente na medida das necessidades instrumentais do homem.

No entanto, a narrativa passeia por outra formação discursiva que coloca homem e natureza em uma relação mais complexa, embora o ser humano aí ainda tenha proeminência na rede de relações. Mas essa é uma outra questão. De qualquer forma, a raizinha teimosa se coloca como uma profecia assombrosa em relação a essa visão cega, limitada e limitante de natureza como recurso meramente instrumental que predomina no paradigma dominante na sociedade ocidental em suas mais variadas esferas.

Tempo e subjetividade

Conforme já pontuamos, o tempo participa da configuração de nossa paisagem subjetiva. Ora, se tomarmos que a percepção de tempo e de nossas experiências são intimamente conexos, uma vez que, conforme destaca Sachs (2007), o tempo é nossa categoria existencial básica, e se as experiências as quais vivenciamos são partes das faces de nossa subjetividade, então não é demais afirmar que o tempo, ele mesmo, também participa da configuração e constante reconfiguração de nossa subjetividade.

Se pensarmos, com base em Rolnik (2001), que nossa subjetividade tem pelo menos duas faces, uma sensível e uma estável, então podemos melhor compreender a instabilidade nos sentimentos da qual é tomado Bernardes. O texto retrata esse *tronco* como tendo uma íntima relação com a natureza, e tanto é assim que a personagem é descrita como que sabendo escutar aos animais e às árvores e é a ele que o flamboyant

se dirige como 'velho amigo' em seu contra-argumento de que não é tão velho para morrer.

Porém, a personagem Bernardes é um dos que compõem a banca de jurados que decide pela eutanásia botânica, na qual está incluída a árvore-tronco, seu amigo flamboyant. Pelo visto, essa eutanásia não é o destino de apenas o flamboyant retratado no texto, mas de um conjunto de árvores que devem morrer para, então, surgir uma nova arborização que se ajuste à paisagem da capital Goiânia. Que é assim, parece indicar o excerto abaixo:

Não entristeça, meu velho, quando faltarem aos seus olhos a visão majestosa dos troncos que enfeitaram os caminhos de seu passado. Deus haverá de permitir que você viva ainda muitos anos e possa participar da maturidade da nova arborização de Goiânia. Quando tombar o primeiro flamboyant, esteja lá, junto dele. Você sempre soube escutar os bichos e as árvores e, com certeza, vai escutá-lo, quando estiver já no chão, falando baixinho: - o destino é mesmo assim / meu velho amigo escritor. / Se meu chão já rebentou / paciência, / é minha sorte. / Pelo menos me consola / que noutro qualquer lugar, / um filho meu nascerá / das cinzas da minha morte (VILELA, 2006:106-7).

Das expressões 'dos troncos' e 'quando cair o primeiro flamboyant', percebemos que se trata, em verdade, de uma eutanásia coletiva, da qual 'o flamboyant', personagem, é apenas a primeira vítima. Vemos, ainda, do trecho, a posição ambivalente que ocupa Bernardes em relação ao evento. Ao mesmo tempo que ele mesmo é um dos que decidem pela eutanásia, também deve estar lá quando tombar o primeiro flamboyant, junto dele, como amigo, para ouvi-lo, uma vez mais, pela última vez, em seu momento de morte.

Entendemos, assim, o porquê do comando do cronista: 'não entristeça, meu velho', posto que o momento é, pelo que vimos, de conflito íntimo, dado que o tronco pensante não é alguém distante dos acontecimentos. Há, pois, laços de amizade que os une e, por essa razão, não se trata aí de um evento tranquilo, mas de momentos de tensão interna, de agitação das emoções, passível de instaurar em Bernardes estado de tristeza. Nessa direção, reafirma o cronista:

Imagino o *conflito de sentimentos* que deveriam estar borbulhando na inteligência menina que mora na cabeça branca do bicho mais telúrico e mais sabido que teve a liberdade de fazer, com maestria, rastros indeléveis nos gerais de Anhanguera (VILELA, 2006:105 - *italico* nosso).

Destacamos, do trecho acima, as duas ordens temporais instaurando conflitos na subjetividade de Bernardes. Na face estável da subjetividade da personagem há uma ordem na base de sustentação de seu modo de experienciar os sentidos de si e do mundo. É o tempo dominante na ordem das coisas da cidade, que informa que a “substituição se faz necessária” (VILELA, 2006:106), que justifica, pois, a eutanásia coletiva em nome da criação de uma arborização em um ambiente também criado, para adequar aos nossos propósitos a ideia de Giddens (1991). No entanto, há uma outra perspectiva temporal a vibrar na face sensível da subjetividade da personagem, em concorrência, logo, com a já estabelecida, o que instaura, assim, 'o conflito de sentimentos'. Essa outra ordem é o tempo do flamboyant, que sustenta uma outra visão de mundo, portanto outras experiências estranhas à ordem da cidade.

Como não é possível finalizar...

Se essas considerações são válidas, também o é dizer que esse é um desafio que se coloca à ecocrítica, qual seja, produzir deslocamentos teóricos que toquem na questão do tempo, uma vez que, conforme estamos procurando mostrar por diferentes ângulos, o percurso do homem perante si e o mundo não é indiferente à perspectiva temporal que o orienta. Não basta, dessa forma, criar um lugar teórico para se falar da relação entre homem e meio ambiente físico natural, por qualquer modalidade, mas que, em conexão com ele, uma perspectiva temporal adequada para que os sentidos propostos possam ser legitimados e entrar, assim, na ordem de significância, de fato.

Voltando nossa atenção à visão de natureza e de interação que o homem estabelece com ela, percebemos que em *os velhos troncos* essa relação se dá numa tensão que não se pode simplificar pelo regime de simples conjunção ou disjunção. Antes, há modulações, que nos parece exemplificar os tempos pelos quais passamos, em que sujeitos se dividem nos mais diversos posicionamentos em relação ao ambiente físico natural. Há os que se entregam em regime de comunhão total, outros apenas parcialmente, outros que a ela dispensam o sentido meramente instrumental é essa é a percepção dominante na narrativa analisada.

Porém, uma outra visão de natureza também é discursivizada, uma mais complexa, que está mais alinhada com o paradigma ecológico, ou seja, o homem como também parte do meio e interagindo com os demais seres em uma teia de relações na

qual cada um guarda parcela de importância, que transcende o valor meramente instrumental, que é o sentido de natureza no contexto da modernidade globalizante ocidental. Nesse ponto específico, nosso trabalho procurou reafirmar a importância do diálogo entre a ecocrítica e a crítica pós-colonial na busca de temporalidades mais adequadas aos discursos do paradigma ecológico, à poética de responsabilidade para com o lar e todos os seres terrestres.

No contexto de nossa discussão, apontamos a temporalidade pedagógica como sendo a ordem temporal dominante no contexto da modernidade ocidental e como essa escala é apropriada ao conjunto de percepções, valores e práticas que tomam a natureza como um bem ser explorado ao máximo, em uma relação de colonização. Porém, destacamos também que esse paradigma, ainda que dominante, tem sido, principalmente a partir de meados do século XX, contestado e, no bojo dessas contestações, outras percepções, visões e valores associados à natureza têm ganhado terreno e, ainda que marginalmente, já produzem significações. Um exemplo disso é o campo de estudos acadêmicos de caráter ambientalistas, aqui chamado de ecocrítica.

No entanto, como procuramos mostrar, espaços de significações precisam de ordens temporais adequadas e, no que concerne aos discursos ecocríticos, muito apropriada parece ser a noção de temporalidade performática, que possibilita engajamentos subversivos, que coadunam com a visão de natureza na qual todos os seres da biosfera possam ser vistos não como fragmentos independentes, mas como fios interconectados e interdependentes da imensa teia da vida. Assim, o tempo da ecocrítica bem que poderia ser o tempo do flamboyant que, ao ser expulso da cidade, promete o assombro, a volta que destrói; reverberação.

REFERÊNCIAS

- ANTHONY, V. 2008. Toward an African Ecocriticism: Postcolonialism, Ecology and Life & Times of Michael K. *Research in African Literatures* - Volume 39, Number 1, Spring, pp. 87-121.
- BHABHA, H. K. 2005. *O Local da Cultura*. Tradução de Miriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 3 Reimp. Belo Horizonte: UFMG.
- CAPRA, F. 2006. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cutrix.
- COUTO, H. H. 2007. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília/DF: Thesaurus.
- DIRLIK, A. 1997. A aura pós-colonial na era do capitalismo global. Tradução do inglês de Regina Thompson. *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, p. 7-32.

- ELIAS, N. 1998. *Sobre o tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GARRARD, G. 2006. *Ecocrítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: UNB.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 2 ed. São Paulo: UNESP.
- HALL, S. 2003. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovic. Tradução de Adelaide La Guardia Resende *et all*. Belo Horizonte: UFMG.
- HARVEY, D. 2006. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 15 ed. São Paulo: Loyla.
- LEFEBVRE, H. 2008. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG.
- ROLNIK, S. 2001. Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea. In: ORLANDI, E. P. (org). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, p. 25-8.
- SACHS, I. 2007. *Rumo à ecossocioeconomia: uma teoria e prática do desenvolvimento*. Paulo Freire Vieira (org). São Paulo: Cortez.
- SLOVIC, S. 1999. Ecocriticism: containing multitudes, practicing doctrine. In: *ASLE News*, Spring. p.5-6. Disponível em: < www.asle.org/assets/docs/roundtable.pdf>. Acessado em: 05/02/2009.
- SOUSA SANTOS, B. 2006. *Um discurso sobre as ciências*. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez.
- VILELA, M. B. B. 2006. *Crônicas e contos*. Tocantinópolis: Murilo Vilela.
- WHITROW, G. J. 1993. *O Tempo na História: Concepções de Tempo da Pré-História aos nossos Dias*. Tradução de Maria Luiza X.; A. Borges - Rio de Janeiro: Jorge Zahar.